

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

Editora NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Leticia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



BELÉM
2023

Diagramação

Triunfal Gráfica e Editora

Foto de capa

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanheais Espírito Santo e Carajás.
Autor: Bloomberg (Getty Images)

Criação da capa

Lucas França Rolim

Revisão de texto

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Andrew Caetano (Editora Cubo)

Padronização e normatização

Lucas França Rolim
Idelvandro José de Miranda Fonseca

Editoração final

Aurilene Ferreira Martins
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

A489 Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores

Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio	1
<i>Carlos Antônio Brandão</i>	
Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos	7
1 A importância heurística da região, uma nota	9
<i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i>	
2 Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás	17
<i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i>	
3 Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás	35
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i>	
4 Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais	53
<i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i>	
5 Um diálogo possível? Aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás	77
<i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	
6 Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás	93
<i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i>	
Parte 2 Tópicos da história regional	115
7 A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da <i>Folha de S. Paulo</i>	117
<i>Eduardo de Melo Salgueiro</i>	
8 Alteridades e outridades na região de Carajás	139
<i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i>	
9 Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais	159
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i>	
10 O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022)	183
<i>Janaílson Macêdo Luiz</i>	
11 Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada	207
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
12 Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso	231
<i>Flávia Marinho Lisboa</i>	

13 Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i>	257
Parte 3 Economia e região	279
14 Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	281
15 Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	309
16 Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i>	341
17 O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	361
18 A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i>	381
Parte 4 Conformação da rede urbana	415
19 A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i>	417
20 Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i>	441
21 Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i>	467
22 Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i>	485
Parte 5 Ensino e escola	503
23 Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabeth Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i>	505
24 A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i>	523

25	Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento	545
	<i>Rosemeri Scalabrin</i>	
Parte 6 Elementos do agrário regional		569
26	Trajatórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás	571
	<i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	
27	Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás	613
	<i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i>	
28	Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás	637
	<i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magevski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i>	
29	O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas	655
	<i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i>	
Parte 7 Domínios da natureza		675
30	Componentes naturais da paisagem na região de Carajás	677
	<i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i>	
31	Geoeologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás	707
	<i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
32	A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem	729
	<i>Keid Nolan Silva Sousa</i>	
Sobre as autoras e os autores		751

A IMPORTÂNCIA HEURÍSTICA DA REGIÃO, UMA NOTA

Marcos Alexandre Pimentel da Silva  

INTRODUÇÃO

Para as ciências humanas e sociais, e para a demais ciências, a pesquisa concretamente realizada é o resultado de um árduo trabalho para seguir e executar o *design* que dela previamente formulamos, e de muitos ajustes certamente. Ela é um processo difícil, e para percorrer o seu caminho precisamos de guias e orientações, de referências, de direções enfim. A produção e a pesquisa científicas reivindicam diretrizes, por conseguinte há conceitos aos quais se pode atribuir grande importância heurística.

Heurístico é um termo que tem como referência esse processo e corresponde a um adjetivo que qualifica os objetos capazes de orientar o curso de uma investigação e descrever as condições nas quais se deram essa atividade (Japiassú e Marcondes, 1996). Nessa direção, esta nota se propõe a realizar uma apropriação dessa indicação, usando-a como um ponto de partida, algo provisório para refletir qual a importância heurística da região.

Trata-se de ponto de partida que reputa que a importância da região no contexto de uma pesquisa se dá pelo menos em três dimensões: quando podemos convertê-la em uma questão, como conceito e categoria de análise, e enquanto um instrumento de conhecimento (*regula*) capaz de construir outros objetos, calibrar as abordagens e contextualizar as condições da pesquisa. Este texto concentra-se nesta última dimensão e explora algumas de suas implicações. Para isso, encontra-se organizado em duas partes, mais as considerações finais. Na primeira, propõem-se a chamar a atenção para a importância de restituir o caráter político do conceito de região, o que nos permite reinterpretá-la como um artefato. Na segunda parte, apontam-se as principais linhas de força que desenham novas fronteiras de um quadro geral mais atual, em que a regionalização passa a ganhar centralidade para as tensões e conflitos, como na Amazônia.

POR UMA RESTITUIÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DA REGIÃO

Dos problemas que tocam os estudos regionais, alguns geógrafos têm dado destaque àquele conjunto de questões que se relacionam mais de perto ao campo disciplinar da Geografia (Regional). Para Rogério Haesbaert (2010), essas questões vão desde problemáticas fundamentalmente analíticas, relativas à regionalização, até os debates em torno da

descentralização político-administrativa e os regionalismos contemporâneos. Acrescente-se ainda o ir e vir de perspectivas teóricas no âmbito da disciplina, o abandono periódico e a polissemia de seu conceito-chave, região (Haesbaert, 2010).

Entretanto, o que aqui se apresenta enquanto proposta vai em uma direção bem diferente, e se se quer entendê-la, propõe-se realizar um primeiro recuo e ponderar o que diz Émile Benveniste (1995) para o contexto das instituições indo-europeias.

A importante palavra *regio* não significa originalmente “a região”, e sim “o ponto atingido em linha reta”. Assim se explica e *regione* “no oposto”, isto é, “no ponto reto, em frente”. Na linguagem dos angúrios, *regio* indica “o ponto atingido por uma linha reta traçada na terra ou no céu”, e depois “o espaço compreendido entre tais retas traçadas em diferentes sentidos” (Benveniste, 1995, p. 13).

Para essas civilizações, traçar linhas retas, imaginárias ou no chão da terra, a fim de estabelecer o ponto oposto ou uma área, não se constituía apenas em uma prática objetiva, mas implicava igualmente na determinação de uma noção moral: a *regula* era o instrumento usado para traçar a reta e fixar os limites da regra, a direita, por oposição moral ao que é tortuoso, curvo, pois “[...] assim como *reto* equivale a *justo*, *honesto*, seu contrário *tortuoso*, *curvo* será identificado com *perfidia*, *mentira* etc.” (Benveniste, 1995, pp. 13-14, grifo do autor).

Dividir o espaço sob o seu domínio era uma prática material para essas sociedades, a partir da qual se tornava possível derivar uma noção moral, e isto se constituiu em um tipo de poder, sagrado, que está na formação de uma posição na hierarquia, o *rex*, e de uma prática, contida no verbo *regere*.

Essa dupla noção está presente na importante expressão *regere fines*, ato religioso, ato preliminar da construção; *regere fines* significa literalmente “traçar as fronteiras em linhas retas”. É a operação executada pelo grande sacerdote para a construção de um templo ou de uma cidade, e que consiste em determinar o espaço consagrado no terreno. Operação cujo caráter mágico é evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano, o território nacional e o território estrangeiro. Esse traçado é efetuado pela figura investida dos mais altos poderes, o *rex* (Benveniste, 1995, p. 14).

Essa concepção de um “poder geográfico”, por assim dizer, é o que está na base das reflexões de Pierre Bourdieu (2000) acerca da região enquanto uma categoria de representação que carece de conhecimento e reconhecimento social. Para esse autor,

[...] a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre os cientistas, não só os geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo, desde que existe uma política de “regionalização” e movimentos “regionalistas”, economistas e sociólogos (Bourdieu, 2000, p. 108).

Isto é, existe uma luta pelo poder de (di)visão no campo científico, que é uma luta pelo monopólio legítimo de construir uma divisão legítima do mundo. Dividir não é apenas separar as partes, mas impor uma visão do mundo.

Por outro lado,

[...] esta luta pela autoridade científica é menos autônoma do que querem crer os que nela se acham envolvidos e verificar-se-ia facilmente que as grandes etapas da concorrência entre as disciplinas a respeito da noção correspondem, através de diferentes mediações – entre as quais os contratos de pesquisa não são das menos importantes – a momentos da política governamental em material de

“ordenamento do território” ou de “regionalização” e a fase de ação “regionalista” (Bourdieu, 2000, p. 110).

Essa perspectiva mais ampla não passou despercebida na geografia brasileira. Para Paulo Cesar da Costa Gomes (2004), por exemplo

[...] a região tem em sua etimologia o significado de domínio, de relação entre um poder central e um espaço diversificado. É hora talvez de estabelecer que na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política vista sob um ângulo territorial (Gomes, 2004, p. 72).

Ou seja, é necessário não esquecer e restituir nas análises o fundamento político do conceito de região, porque não se trata apenas de operar com um conceito apenas descritivo, mas de reconhecer o seu poder enquanto uma categoria que, ao promover uma divisão do espaço, constitui-se em um instrumento de controle e de gestão do território. Para Gomes (2004), a região:

- a. é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial: não há divisão do espaço que não seja controle;
- b. coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área: isto é, há o encontro de diferentes perspectivas de regionalização de um mesmo espaço;
- c. é sempre uma discussão entre os limites da autonomia de uma área face a um poder central: que perpassa pelo reconhecimento e legitimação de uma proposta de (di)visão, pela instituição de uma regionalização.

Ao olhar em retrospecto o que se apresentou até aqui, é possível formular as seguintes considerações:

Em primeiro lugar, embora a história assuma variações conforme os lugares, pode-se dizer que no princípio era o verbo, isto é, a regionalização precedeu o conceito de região, o que só é válido se se considera a prática material e simbólica de traçar as fronteiras entre o sagrado e profano como parte dos atos primordiais que indicam o nascimento das técnicas de (di)visão regional como modernamente a conhecemos.

Em segundo lugar, seja para a pesquisa básica ou aplicada, de qualquer ciência, seja para os processos políticos em torno do ordenamento e da gestão do território, a regionalização se coloca como um instrumento (*regula*) importantíssimo para a condução desses processos, e nisso há infinitas possibilidades para se pensar em novos formatos de pesquisa e no reconhecimento de propostas de divisão regional externas ao Estado.

Em terceiro lugar, quais as implicações heurísticas de restituir a dimensão política da região? De imediato, é que se passa a falar muito mais de processo (regionalização) do que de realidades plenamente estabelecidas e já conformadas (região). Não que se deva abandonar o conceito de região, todavia, a depender da situação, é improdutivo insistir na separação dos dois, sendo mais prudente falar em termos relacionais, isto é, como o conceito de região é operado em uma situação prática.

Em quarto lugar, finalmente, cabe pontuar que a região/regionalização é um artefato, no sentido de ser um objeto quase arqueológico que registra um uso político, cultural e epistemológico dessa ferramenta feito na história de um grupo, uma sociedade e até mesmo uma civilização. De

forma mais direta, a região/regionalização é um artefato político, cultural e epistemológico, e esta condição ilumina e conduz novas pesquisas no âmbito dos estudos regionais.

A CENTRALIDADE DA REGIONALIZAÇÃO

Há um diagnóstico importante que não se pode perder de vista para compreender por que nos dias de hoje há um retorno da centralidade da regionalização para as lutas por território na Amazônia.

Muitas pesquisas têm apontado para mudanças sensíveis na dinâmica territorial da mercantilização, destacando que seu movimento tem avançado para outras dimensões além da terra, do trabalho e do dinheiro, as três mercadorias fictícias tematizadas por Karl Polanyi (2000). Nesse processo, emergem novas fronteiras da comoditização, a exemplo das práticas de cuidado, da intimidade, dos direitos de proteção social e até mesmo da realidade (Fraser, 2011; Hochschild, 2004; Zelizer, 2005; Zuboff, 2018).

Por outro lado, existe um conjunto de pesquisas que vem elencando os impactos do avanço dessas ofensivas para o Brasil e o bioma Amazônia.

Alfredo Wagner B. de Almeida (2010) tem mostrado como as terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, populações quilombolas, comunidades de extrativistas, entre outros, passam a ser reinterpretadas como estoques de recursos em um cenário de avanço da fronteira de *commodities*, ao mesmo tempo em que os direitos territoriais dessas sociedades são alvo de questionamentos, de ataques e de agroestratégias cuidadosamente elaboradas.

Philip Fearnside (2019) fez um levantamento extenso e detalhado do desmonte da legislação ambiental brasileira, que traz severas consequências para a Amazônia, sobretudo no que se refere às atividades de licenciamento (com estímulos à redução dessas atividades, neutralização ou até mesmo aceleração para alguns casos), à entrada e maior influência de coalizões de interesse pró-agronegócio nas políticas ambientais, à proposição de alterações na legislação visando interesses privados, negligências operacionais, entre outros repercussões (Fearnside, 2019).

Cátia Grisa et al. (2022) analisam os processos recentes de desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil contemporâneo. Esta trajetória se aprofunda e ganha maior alcance e visibilidade a partir do Governo Temer (2016-2018), assumindo novos contornos desde 2019, com o Governo Bolsonaro. Trata-se de um percurso marcado pelo desmantelamento dos arranjos e das estruturas institucionais das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar estabelecidas em nível federal.

Essas ofensivas tendem a se instalar em territórios, regiões e lugares por meio de uma racionalidade de mercado, colocada como o único paradigma a partir do qual são avaliadas outras formas de pensar e sentir, são estabelecidas as regras de como se deve usar, intercambiar e discutir politicamente, e, finalmente, dizer quais os sentidos (mercantis) que se deve atribuir aos diferentes tipos de recursos de que se dispõem.

Com efeito, acrescenta-se a hipótese de que, em conjunto, essas ofensivas apontam para a construção de espaço de relações políticas em que o objeto da disputa é o próprio ordenamento e

gestão do território, onde é disputado não apenas o acesso e o controle aos recursos ambientais, como também o poder legítimo de dividir, classificar e nomear a natureza desses espaços, se para a proteção, ou se para liberação no mercado dos recursos que até então se encontravam sob proteção.

Entretanto, apesar de tudo isso, do lado de cá, é possível entrever resistências, como a construção de outros sentidos por parte de povos indígenas, comunidades tradicionais, ativismos e movimentos sociais, não apenas para ampliar a compreensão de como podem ser outras relações com a Natureza, como também para formular outros princípios de organização sociopolítica e de usos mais profundos dos territórios que façam frente aos conflitos em torno do poder de (di)visão (Figura 1) (Bourdieu, 2000).

Figura 1 – Manifestação de ativistas do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) um dos movimentos sociais que organiza sua atuação em bases territoriais, maio de 2018.



Foto: Ione Rachel (6°03'49.2"S | 49°54'57.7"O). 

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro apresentado, apesar de bastante resumido, coloca o desafio de estimular institucionalmente o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas que reflitam a importância heurística da região-regionalização como uma ideia-chave a partir das quais são construídos novos objetos capazes de orientar o curso de um processo difícil como esse e de permitir compreender cada vez mais em que condições se dá a construção do conhecimento científico. Não nos termos de uma disputa bourdieusiana pelo monopólio do poder de (di)visão do mundo social, mas como um conjunto de esforços compartilhados por equipes cada vez mais multidisciplinares e abertas ao reconhecimento de outras práticas de pensar e de recortar a região.

Ao final do seu artigo, Gomes (2004) expõe uma preocupação quanto à proposta de reconhecer outras formas de pensar e de construir a região: “[...] não estaríamos voltando ao sentido do senso comum, de uma noção que tão simplesmente pretende localizar e delimitar fenômenos de natureza e tamanho muito diversos e que, portanto, perde todo o conteúdo explicativo, como conceito?” (Gomes, 2004, p. 73).

(Parece uma preocupação com a perda de um suposto monopólio?)

Enfim, polêmicas à parte, esta parece ser uma falsa preocupação, que faz lembrar aqui dos dois caminhos da instrução. A respeito desse assunto, Jacques Rancière (2005) nos ensina que,

Instruir pode, portanto, significar duas coisas absolutamente opostas: confirmar uma incapacidade pelo próprio ato que pretende reduzi-la ou, inversamente, forçar uma capacidade que se ignora ou se denega a se reconhecer e a desenvolver todas as consequências desse reconhecimento. O primeiro ato chama-se embrutecimento e o segundo, emancipação (Rancière, 2005, pp. 11-12).

O medo de promover reversamente o senso comum pode levar ao fortalecimento do embrutecimento, e mesmo assim o senso comum estereotipado da forma como Gomes (2004) talvez exista em algum dicionário, pois até mesmo isso que reconhecemos como senso comum está sujeito à história.

Porém, se o objetivo do reconhecimento é a emancipação, é possível promover as capacidades e potencialidades que até então eram ignoradas, para o assunto que aqui tratamos isso significa que é necessário o estabelecimento de um princípio de igualdade entre as diferentes formas de conceber e de desenhar a região, mesmo entre as ciências, para que alcancemos um efetivo reconhecimento de outras perspectivas e práticas de regionalizar, por exemplo. O livro que se inicia com este texto constitui-se de uma importante contribuição na direção do reconhecimento de outras perspectivas, de diferentes resultados de pesquisa e formas de mirar a região. Nesse sentido, ela própria se constitui em uma diretriz para novas pesquisas, e a diversidade interna composta por seus artigos enunciam as condições em que são construídas as descobertas científicas recentes do lado daqui da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. W. B. (2010). Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In A. W. B. Almeida (Ed.), *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo* (pp. 101-143). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Benveniste, É. (1995). *O vocabulário das Instituições indo-europeias*. Campinas: Unicamp.
- Bourdieu, P. (2000). *O poder simbólico* (6 ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fearnside, P. M. (2019). Desmonte da legislação ambiental brasileira. In J. S. Weiss (Ed.), *Movimentos Socioambientais: Lutas - Avanços - Conquistas - Retrocessos - Esperanças* (pp. 317-381). Formosa: Xapuri socioambiental.
- Fraser, N. (2011). Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. *Revista direito GV*, 7 (2), 617-634. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200011>
- Gomes, P. C. C. (2004). O Conceito de região e sua discussão. In I. D. Castro, P. C. C. Gomes e R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia: conceitos e temas* (pp. 49-76). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Grisa, C., Schmitt, C. J., Silva, A. P. d., Leite, S. P., Zimmermann, S. e Barbosa, Y. R. d. S. (2022). *A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações*.

Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll Stiftung. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/10/14/desestruturacao-das-politicas-publicas-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar>

Haesbaert, R. (2010). *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Hochschild, A. (2004). The Commodity Frontier. In J. Alexander, G. Marx e C. Williams (Eds.), *Self, social structure and beliefs: essays in sociology* (pp. 1-28). Berkeley: UC Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/california/9780520241367.003.0004>

Japiassú, H. e Marcondes, D. (1996). *Dicionário básico de filosofia* (3 ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época* (2 ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Rancière, J. (2005). *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.

Zelizer, V. A. (2005). *The purchase of intimacy*. New Jersey: Princeton University Press.

Zuboff, S. (2018). Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, L. Guilhon e L. Melaço (Eds.), *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem* (pp. 17-68). São Paulo: Boitempo

Sugestão de citação:

Silva, M. A. P. d. (2023). A importância heurística da região, uma nota (2023). In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 9-15). Belém: NAEA. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap01>